

pela Fiocruz, junto com dois economistas que o Deputado André Ceciliano criou um grupo de discussão, que é o Carlos Gadelha e o nosso Zeca, lá da UFRJ, que é, na verdade, você pensar Saúde 4.0, a saúde com as tecnologias digitais.

Aí, Deputado, novamente o Estado tem que ter um papel de coordenação, ou seja, na verdade, para levar todas essas tecnologias para cidades menores ou tem alguma indução pública, já que as empresas de telecomunicações estão ficando com o filé na cidade do Rio de Janeiro, elas têm que ter um compromisso para estar levando essas tecnologias para Porciúncula, para Varre-Sai, para São Sebastião, enfim, para aquelas regiões do Centro/Sul, aqueles municípios pequenos perto de Friburgo, que são muito pobres. Parece que inclusive em Minas e São Paulo tinha alguma obrigatoriedade, tinha alguma participação pública nessa coordenação. Na verdade, o capitalismo tende a gerar mais desigualdade do que igualdade, portanto, uma coordenação pública é absolutamente decisiva. Então, é isso.

Eu estou à disposição, viu, Deputada Zeidan? Faça uma apresentação para vocês e para os outros deputados que quiserem. A gente pode combinar, sobre Maricá e Leste Metropolitano. E, também, para os outros deputados, Deputada Martha Rocha, meu querido Eliomar, para a gente discutir o Estado por região. Acho fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) -. Obrigado, Deputado Mauro Osório.

Vou pedir ao Deputado Eliomar, que reentrou que, nos cinco minutos que restam, ele faça as questões que ele queria levantar e encerre a reunião. O senhor agora passou a ser o presidente dos trabalhos. O senhor faz a sua intervenção e encerra a reunião, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Está legal. Está fazendo uns três ou quatro dias que eu estou aqui atrapalhado com o computador, com internet, com esse negócio. Estou querendo fazer uma intervenção sobre a questão do Professor Mauro Osório, desde a intervenção que ele fez lá para o Colégio de Líderes.

O que eu queria falar, Deputado, o Professor Mário Osório, na reunião do Colégio de Líderes, começou dizendo que o que faltava para o estado do Rio de Janeiro era estrutura produtiva. Ele começou falando isso. Hoje, ele já mudou o tom da conversa porque, de propósito, está colocado, em prática, um processo de desestruturação da máquina pública do Estado do Rio de Janeiro.

Veja bem. Eu acho que, no fundo, no fundo, nós temos assistido exposições do secretário da Fazenda, apresentando seu plano de trabalho, aqui na Comissão de Tributação; do secretário de Desenvolvimento Econômico, ou seja, três secretários nós já ouvimos, apresentando planos para desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Eu queria deixar muito claro que o problema do Rio de Janeiro é um problema de natureza política, puramente política.

O SR. MAURO OSÓRIO - Concorde, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Não adianta, no meu entender, essas apresentações que a gente está assistindo, são planos elaborados como se nós estivessemos em condições normais de temperatura e pressão. E não é verdade. Há um verdadeiro desarranjo na política do Estado do Rio de Janeiro. Política! Os problemas que são colocados aí por você, são levantados por nós há muitos anos, a questão do planejamento, a necessidade, a importância, há anos! E entra num ovívio e sai pelo outro por parte daqueles governantes que deveriam apoiar ou ouvir e, ao ouvir, depois, acolher sugestões que sempre foram apresentadas, no sentido de contribuir. Isso está muito claro.

Eu vejo, por exemplo, hoje, nós estamos discutindo a questão do Regime de Recuperação Fiscal, a adesão do Rio de Janeiro, inclusive tendo um prazo que possa ser apresentado. Um prazo que vai de dez dias a um ano. Querem apresentar agora. Eu sempre falo, devagar também é pressa.

Então, ou se resolve o problema de natureza política ou, então, vai ser muito complicado.

Discutir adesão ao regime de recuperação fiscal na base do atropelo, sem ter ouvido, por exemplo, a sociedade civil organizada - não foi ouvida!

O que eu assisti ontem na Assembleia Legislativa, no meu entender, significa que foi inaugurado os tempos de sucessão. Pode estar certo. Isso aí está misturado com adesão de regime de recuperação fiscal, misturado, exatamente, com vários planos de superação das dificuldades para fazer o estado do Rio de Janeiro crescer novamente.

Na década de 90, vocês devem conhecer, o engenheiro William de Aquino, montou um grupo porque foi encomendado para ele um trabalho para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Ele me convidou para fazer parte da equipe. Isso na década de 90. Na primeira metade de 90. E eu era responsável pelo planejamento estratégico. Comecei a trabalhar, depois não foi pra frente, mas, pelo menos, naquilo que eu já tinha trabalhado, eu cheguei à conclusão, por exemplo, que o Estado do Rio de Janeiro parece que, pelos seus governantes, sempre foi reduzido à Cidade do Rio de Janeiro. Essa é que é a verdade. Por isso que existem essas desigualdades tão grandes na Região Metropolitana. E quando a gente sai da Região Metropolitana para o estado como um todo, 92 municípios, os municípios, menos os municípios da Região Metropolitana, as desigualdades são enormes. Há o esquecimento total do interior. Não há políticas públicas de desenvolvimento para o interior.

Eu lembro que foram identificadas, pelas vocações naturais, as regiões do Estado do Rio de Janeiro, e nunca foi aproveitado. Nunca se fez um planejamento voltado para o aproveitamento dessas vocações naturais. Desenvolvendo a região, automaticamente, você impede a evasão da população desta região para a cidade do Rio de Janeiro, que chega aqui sem nenhuma condição e vai fazer a ocupação de partes menos nobres, como as favelas, a periferia. Nunca se teve uma política coordenada de planejamento que olhasse para o interior do estado do Rio de Janeiro como um todo, o estado como um todo. Isso daí nunca foi feito, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Eliomar, eu tenho que me retirar da sala porque eu tenho que me deslocar para o Plenário. Você, por favor, não deixe passar a reunião de 11h45 porque o Plenário começa às 11h45.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Está faltando 11 minutos ainda.

O SR. LUIZ PAULO - Eu estou saindo da sala e estou te pedindo, porque eu vou para o Plenário, que você termine, no máximo, 11h44, porque 11h45 começa a sessão. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Tá legal. Está faltando sete minutos ainda.

A SRA. MARTHA ROCHA - Presidente, Deputado Eliomar Coelho, só fazer uma ponderação, sem querer ser indelicada, mas é que a gente tem que sair dessa sala para entrar em outra sala para estar na votação da Cedeae, que é a primeira votação.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Então, vou encerrar. Há três dias que eu estou querendo fazer esse tipo de intervenção e não vou conseguir.

A SRA. MARTHA ROCHA - Não, Deputado, pode concluir, só estou dizendo ao senhor que eu vou precisar me retirar às 11h40. Não estou falando para o senhor concluir. Estou dizendo apenas ao senhor que eu vou precisar me retirar às 11h40.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Eu vou concluir porque eu também preciso ir. Mauro, vou buscar uma oportunidade. Desde quando começou o negócio da pandemia, eu saí do Rio de Janeiro. Daqui só fui para o Rio de Janeiro três vezes: uma para presidir uma sessão; outra para votar em 1º turno; outra para votar em 2º turno. Fui num dia e voltei no mesmo dia. Estou me precavendo. A minha idade! Sou o deputado mais antigo do estado do Rio de Janeiro nesta Assembleia. Então, estou me precavendo. Já tomei essa semana a 2ª dose. Daqui a 20 dias eu quero ir no Rio de Janeiro. Então, vou procurar você, Mauro, para marcar uma hora porque não estou tendo oportunidade.

O SR. MAURO OSÓRIO - Se quiser, podemos fazer por Zoom com a sua equipe também. Podemos marcar.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Então, vou encerrar porque eu também tenho que ir para o Plenário. Vamos ver se as coisas hoje estão melhores, mais serenas. Espero que os bombeiros de ontem para hoje, do final da tarde para hoje, que os bombeiros

tenham entrado em ação e apagado o incêndio.

O SR. MAURO OSÓRIO - Obrigado, Deputado Eliomar, Deputada Martha, Deputada Zeidan. Foi ótima a conversa. Vamos fazer outras. Vamos fazer por região do estado, também. Estou à disposição para a gente continuar discutindo o estado do Rio de Janeiro. É uma alegria muito grande poder ter esse privilégio de estar aqui na Alerj, com a minha equipe, discutindo com vocês. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Então, vou concluir. Dou por encerrada a presente reunião.

## TEMPORÁRIAS

### COMISSÃO ESPECIAL DE ENFRENTAMENTO À MISÉRIA E À EXTREMA POBREZA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### (REQUERIMENTO Nº 212/2021)

##### ATA DA 1ª VISITA EXTERNA

Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 212/2021, sob a Presidência da Senhora Deputada Renata Souza, com a presença do Senhor Deputado Waldeck Carneiro, membro suplente e com a presença da assessora da Senhora Deputada Enfermeira Rejane, no município de São João de Meriti - RJ, para a Primeira Visita Externa da Comissão Especial, conforme convocação por edital publicado na data de quatorze de abril do corrente ano, informando que a visita tem objetivo de colher informações sobre urbanização, combate à fome e demais problemas sociais relacionados às expressões da pobreza extrema e da miséria. Primeiramente, a Comissão visitou o Projeto Atos 4 - Cozinha Solidária, que se encontra no bairro Jardim Metrôpole, Comunidade Guarani, e é liderado pelo Pastor Jorge Costa (Jorginho Metalúrgico). O projeto existe há 10 anos de forma itinerante e, devido à pandemia, estabeleceu-se em um lugar específico. Produz alimentos e vende uma refeição ou quentinha ao preço fixo de R\$ 5,00. Não há lucro e todo o trabalho é voluntário ou religioso. Dando prosseguimento, a Comissão seguiu para a Associação Jesus é o Canal, baseada no Parque Análândia, Comunidade Favelinha, sendo liderada pelo Pastor Washington Luís Alves, Paula e Priscilla. O projeto existe há 12 anos. É uma casa construída pelo pastor com diversos tipos de atividades como cursos de formação profissional e de reforço escolar. Além de distribuição de alimentos, a Associação prevê organização para tirar documentos e demais apoios como tentativa de atendimento hospitalar e encaminhamento funerário. Durante a visita foram feitos vários relatos sobre as condições precárias tais como: água imprópria, casas que caem devido à chuva, entre outros. Para concluir, a Comissão visitou o Instituto Há Esperança, liderado por Viviane Cristina. O projeto funciona em um espaço cedido pela Igreja, trabalha com todos os melhoramentos sociais possíveis, mas tem como seu principal objetivo o projeto de erradicação do analfabetismo na comunidade. Essa situação foi piorada pela pandemia, em especial porque as crianças da região ficaram, na prática, sem escola, pois as aulas alternativas não chegaram. Durante as visitas, as lideranças comunitárias relataram que São João de Meriti é um município com 728 mil habitantes e apenas 12% têm condição de renda plena para a família. A Comunidade do Parque Análândia é muito carente. O subemprego é grave e cerca de 80% da população local trabalha como catadora de lixo. Um dos problemas latentes apresentados foi a falta de documentação, o sub-registro civil. Uma das hipóteses para o abandono administrativo e governamental do Parque Análândia é o fato de ser uma comunidade no limite entre dois municípios (a Comunidade está à Beira da Linha Vermelha, entre São João de Meriti e Duque de Caxias). Diversas comunidades, inclusive a visitada, tem casas inteiras apenas de madeira ou madeirite e são próximas a "valões". A comunidade do Parque Análândia e a Comunidade do Dique manifestaram-se sobre essa situação. Além disso, há descarte incorreto de lixo a céu aberto, trazendo várias consequências à comunidade. A maior parte dos projetos que ocorrem na comunidade é levada a cabo por organizações sociais ou iniciativas da Igreja, independente da denominação. Muitos moradores se sentem invisíveis, isso porque estão à margem do atendimento e uso dos serviços públicos. São muitas crianças fora das escolas, a maior parte dos adultos sem escolaridade formal; e a estrutura de saúde que não atende às pessoas. Foram trazidas à Comissão pessoas que estão com seus pés e mãos sendo carcomidos por uma doença congênita não identificada, e sem a possibilidade de atendimento. Além de diversos casos de pessoas que chegam a óbito sem ter a oportunidade de ser atendidas, seja porque o SAMU não chega, seja porque se conseguiu uma carona para a unidade hospitalar mais próxima não conseguem atendimento. E após o óbito a retirada do corpo também é, em geral, tão difícil que chega a ser impossível. Dando prosseguimento, as lideranças comunitárias e projetos aproveitaram a oportunidade para apresentarem algumas demandas específicas tais como a necessidade de qualquer tipo de doação, demonstrando a carência extrema das comunidades. Solicitam por facilidade e otimização de recebimento de doações de alimentos, sobretudo através do CEASA e de mercados. A Comunidade do Dique reivindica a pavimentação de ruas (todas são de barro), limpeza dos bueiros - segundo relatos: "chove um dia, fica alagado uma semana"; maior recolhimento de lixo que só ocorre na comunidade uma vez ao mês. Todos os projetos reivindicaram auxílio para a organização burocrática, ou para a desburocratização para a organização de solidariedade, o caminho para reivindicações, ou mesmo para estabelecimento de redes de solidariedades. As dificuldades de se fazer e manter um CNPJ para receber ajuda e doações, em especial das estatais. Nesse ponto, a Senhora Deputada Renata Souza compartilhou sua experiência de vida, por ser nascida e criada na Favela da Maré. Ao que se cunhou a frase de que "às vezes parece mais fácil ser pobre na capital do que na Baixada", isso devido à estrutura para organização social que existe na cidade. Sobre a questão da água, relatórios demonstram que na região são impróprias ao consumo, o que merece uma atenção específica da CEDAE. Desta visita, saíram os seguintes encaminhamentos: 1) Os projetos da comunidade apresentarão um levantamento das pessoas que não recebem benefícios sociais, em especial o bolsa-família e os auxílios emergenciais. Caso essas famílias não estejam atendidas pelo Supera Rio, serão encaminhadas pela Comissão Especial à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, como iniciativa de busca ativa do poder público; 2) Os projetos enviarão publicações, levantamentos e dados consolidados que serão incorporados ao relatório da Comissão Especial, valorizando o trabalho da ponta e a aferição de informações por vezes invisíveis; 3) O IFRJ - Campus São João de Meriti apresentou como possibilidade o estabelecimento de edital próprio para curso de capacitação, com certificado. Necessita, porém de alocação específica da instituição sobretudo para compras de equipamento para ensino remoto. A Comissão Especial irá procurar a Direção Geral do Instituto com a demanda; 4) A Comissão Especial fará gestões junto ao poder executivo e poder judiciário para a realização de mutirão ou atividade semelhante para emissão de documentos e enfrentamento do sub-registro civil. Após, nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Visita Técnica, da qual, para constar, eu, Elaine Inácio Lauria, matrícula 201.776-2, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2021. (a) Elaine Inácio Lauria - Secretária; (a) Deputada Renata Souza - Presidenta.

COMISSÃO ESPECIAL DE ENFRENTAMENTO À MISÉRIA E À EXTREMA POBREZA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### (REQUERIMENTO Nº 212/2021)

##### ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às dez horas, via Plataforma Zoom (videoconferência), reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 212/2021, sob a Presidência da Senhora Deputada Renata Souza, com a presença dos Senhores Deputados e membros efetivos Enfermeira Rejane - Vice-Pres-

sidente, Flavio Serafini - Relator, bem como o Senhor Deputado Waldeck Carneiro, membro suplente. Havendo número regimental, Sua Excelência, a Senhora Presidente, declarou aberta a Audiência Pública, conforme convocação por edital publicado na data de cinco de maio do corrente ano. Em seguida agradeceu e deixou registradas as presenças dos Senhores Bruno Dauaire - Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Dr. Valcler Fernandes - Diretor Relações Institucionais - FIOCRUZ, Senhora Flávia Oliveira - Jornalista e Colunista de Economia, Doutor Mauro Osório - Diretor da Assessoria Fiscal da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Doutor Rodrigo Afonso - Diretor Executivo da Ação da Cidadania, Senhora Lúcia Xavier - Coordenadora da Coalizão Negra por Direitos, Senhora Luana Carvalho - Coordenadora Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os Senhores Leandro Ferreira - Presidente da Rede Brasileira de Renda Básica e Vereador Eduardo Suplicy - Presidente de honra da Rede Brasileira de Renda Básica. Em continuidade, a Senhora Presidente acrescentou que o Senhor Deputado André Ceciliano - Presidente da ALERJ - não pôde se fazer presente pois no momento da Audiência encontrava-se na ponte aérea. Dando prosseguimento, informou que desde março, logo após a instalação da comissão, o Colegiado tem seguido um plano de ação que envolve visitas a diversos locais em todo o Estado, entre elas no Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, e no Parque Análândia, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense e que essa sessão tem como objetivo ouvir as sugestões e pensar nas próximas ações da comissão. A seguir, a Senhora Presidente passou a palavra aos Deputados membros da Comissão e aos convidados presentes que fizeram uso da palavra contribuindo com posicionamentos e sugestões pertinentes ao tema da Audiência. Após, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença e colaboração de todos os participantes e deu por encerrada a presente reunião, cujo link <https://www.youtube.com/watch?v=iCPJKnRLeas> contém a Audiência Pública na íntegra, bem como seu inteiro teor segue nas notas taquigráficas em anexo e, para constar, eu, Elaine Inácio Lauria, matrícula 201.776-2, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Em 07 de maio de 2021. (a) Elaine Inácio Lauria - Secretária; (a) Deputada Renata Souza - Presidenta.

#### (Notas Taquigráficas)

A transmissão sonora apresentou variações, interferências e falhas ao longo da reunião, comprometendo o registro e entendimento de determinados trechos e termos.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Bom-dia a todos, a todas e a todes. Abrimos nessa manhã do dia 7 de maio de 2021 a 1ª Audiência Pública da Comissão Especial de Enfrentamento à Miséria e Extrema Pobreza no Estado do Rio de Janeiro. Na condição de Presidente desta Comissão, dou por abertos os trabalhos de hoje, contando com a presença dos Srs. Deputados Enfermeira Rejane e Deputado Waldeck Carneiro. Ao longo da nossa Audiência Pública também vão entrar outros Deputados e Deputadas que compõem a presente Comissão Especial.

Essa Comissão Especial, tendo a primeira Audiência Pública no dia de hoje, chama a atenção pelo debate que ela traz. O enfrentamento à miséria e extrema pobreza nos dias de hoje é algo fundamental diante do avanço da Covid-19, do avanço da crise sanitária, da crise ambiental, da crise econômica e também é muito simbólica, a primeira audiência acontecer no dia de hoje, quando nós tivemos no dia de ontem uma chacina no Jacarezinho. Então, quando falamos dos resquícios da pobreza, nós precisamos falar do quanto essa população que hoje está na miserabilidade, que está na pobreza, ela tem a sua vida, o seu cotidiano desumanizado.

Então, essa operação policial que ocorreu no Jacarezinho deixando 25 pessoas mortas entre elas um policial, demonstra também o desafio e a fragilidade de uma política pública de segurança que vai apostar no confronto e na lógica de guerra, e não em se apropriar da possibilidade de salvar vidas e respeitar a dignidade humana.

Então, nesse sentido, abrindo esta Comissão, também me solidarizar com a população do Jacarezinho, me solidarizar com aqueles e com aquelas que perderam os seus entes queridos e dizer que não é natural que haja uma operação policial, em que corpos são deixados pelo chão, em que 25 pessoas são mortas. Não podemos naturalizar; não há no Brasil pena de morte; não é a política pública de segurança que vai definir quem pode viver ou quem pode morrer na nossa sociedade. O que aconteceu no Jacarezinho ontem é muito sério, desafia a nossa humanidade, desafia a nossa possibilidade de nos reconhecermos enquanto sujeitos dignos de humanidade.

Então, deixar aqui essa fala porque acho que não dá para conduzir uma Comissão Especial de Enfrentamento à Miséria e Combate à Pobreza sem dizer que a pobreza também carrega consigo a desumanização dos corpos negros, pobres, que estão na favela e na periferia.

Então, nesse sentido, é importante dizer que esta Comissão, que acaba de ser organizada dentro da Assembleia Legislativa, já fez três visitas técnicas em diferentes cidades. Como dizia o saudoso Bertinho, quem tem fome, tem pressa. E essa Comissão traz no seu cerne todo o debate também sobre segurança alimentar e direito a superar os dramas da nossa população.

Então, a ideia desta Comissão é manter um diálogo com o Poder Executivo e Legislativo, além do Judiciário e, principalmente, das organizações da sociedade civil que estão na ponta, na ação e colaboração conjunta para chegar a respostas que mitiguem toda essa situação e os efeitos absurdos e agressivos da crise econômica e sanitária que vivemos hoje com a Covid-19. Mas a pobreza e a miséria não são novidades. Antes mesmo da Covid-19, a gente já tinha um quadro muito dramático sobre quantas pessoas estão hoje desempregadas, quantas pessoas hoje não têm acesso a emprego, não têm acesso à mobilidade urbana, não têm acesso à saneamento básico, não têm acesso à água.

Então, nesse sentido, esta Comissão pretende também criar uma diagnóstico sobre a situação no Estado do Rio de Janeiro, partindo da percepção de ação imediata do poder público, em especial do Poder Legislativo, alinhado aos movimentos sociais.

Bom, a Comissão não ficará restrita aos gabinetes. Pelo contrário, como o Frei Beto diz, a cabeça pensa onde os pés pisam, e nós vamos, sim, aos locais, fazendo essas visitas técnicas, já realizamos algumas inclusive no lixão de Teresópolis, no último fim de semana. E ali vemos o quanto a desumanização dos corpos daqueles que dependem do lixo para sobreviver e do lixo mesmo, porque tem famílias que se alimentam de restos de lixo, no lixão de Teresópolis.

Então, é muito flagrante o quanto que a pobreza e a miséria precisam ser atacadas de maneira concreta pelo poder público. Então, na audiência de hoje, que tem um caráter de apresentação do trabalho, a gente pretende aqui escutar as autoridades presentes, o Deputado Presidente da Assembleia Legislativa, André Ceciliano, participaria da nossa audiência, mas ele não conseguiu há tempo, porque está agora, neste momento, em ponte aérea, mas não conseguiu entrar na nossa audiência. Nossa audiência também conta com o Secretário Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Bruno Dauaire. É importante, porque, afinal de contas, precisamos ter essa interlocução com o Poder Executivo, com essa secretaria, que é tão fundamental e importante.

Então, temos também, além disso, além do André Ceciliano e Bruno Dauaire que entra já, já, quando ele entrar vai dar aí um oi para a gente, para já colocá-lo à disposição de nos dizer quais são principais estratégias da Secretaria para enfrentamento à miséria e combate à pobreza. Além disso, teremos para o debate econômico sobre o Rio de Janeiro os economistas Mauro Osório, que é diretor da assessoria fiscal aqui na Assembleia Legislativa e da Jornalista e colunista de economia Flávio Oliveira. Também ouviremos nessa nossa Audiência Pública Valcler Fernandes, representando a Fundação Oswaldo Cruz, e é Coordenador das Relações Interinstitucionais da Presidência da Fiocruz. Teremos também uma representação da Ação da Cidadania, que traz com o seu Diretor Executivo Rodrigo Afonso uma visão mais aproximada aí também das ações dos movimentos